



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

1ª Reunião da Câmara Técnica de Justiça Climática

Data: 13 de julho de 2023

Local: TEAMS

Presenças

Setor	Nome	Representação	Órgão
1 - Governo Federal	Ana Toni (Presidente)	1 - Titular	Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA
1 - Governo Federal	Suliete Monteiro (Baré)	1 - Titular	Ministério dos Povos Indígenas - MPI Diretora do Departamento de Justiça Climática
1 - Governo Federal	Emily Conceição	2 - Suplente	Ministério da Saúde
1 - Governo Federal	Marcia Muchagata	2 - Suplente	Ministério do Desenvolvimento Social - MDS
2 - Governos Estaduais	Juliana Reis	1 - Titular	Abema - Estado do Espírito Santo
2 - Governos Estaduais	Fabrcia Moreira	2 - Suplente	Abema - Estado do Amazonas
2 - Governos Estaduais	Magda Marinho	2 - Suplente	Abema - Estado do Ceará
2 - Governos Estaduais	Jussara Carvalho	1 - Titular	Abema - Estado de São Paulo
3 - Governos Municipais	Welison Silveira	1 - Titular	Anamma - NE
3 - Governos Municipais	Claudia Lins	1 - Titular	Confederação Nacional dos Municípios - CNM
3 - Governos Municipais	Rogério Menezes	2 - Suplente	Anamma - SE
4 - Sociedade Civil e Trabalhadores	Rubens Born	1 - Titular	Fundação Esquel
4 - Sociedade Civil e Trabalhadores	João Paulo Amaral	1 - Titular	Instituto Alana
4 - Sociedade Civil e Trabalhadores	Heloisa Dias	2 - Suplente	Instituto Amigos - Reserva da Biosfera da Mata Atlântica – IA-RBMA
5 - Setor Empresarial	Erica Vieira Marcos	1 - Titular	Confederação Nacional dos Transportes - CNT
5 - Setor Empresarial	Murilo Souza Araújo	2 - Suplente	Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal - FNBF
Conama – Secretaria Executiva	Marcela Moraes		Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA
Convidado(a)	Priscila Oliveira		Advocacia Geral da União - AGU
Convidado(a)	Suely Araújo		Observatório do Clima - OC
Observador(a)	Bruno Rodrigues da Silva		
Observador(a)	Denise Rodrigues Alho		
Observador(a)	Eduardo Barcelos Platte		
Observador(a)	Rafaela Freitas		
Observador(a)	Mario Augusto Cardoso		Confederação Nacional da Indústria - CNI
Observador(a)	Raul Zoche		Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - Contag
Observador(a)	André Andrade		Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA
Observador(a)	Camila Oliveira		Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima - MMA
Observador(a)	Gabriel Neves		Secretaria de Meio Ambiente (Campinas)
Observador(a)	Rafael Gandur		WWF Brasil



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

1. Abertura e Pauta

A Secretária Ana Toni, presidente da Câmara Técnica (CT), abriu a reunião dando as boas-vindas e sugeriu a seguinte ordem de pauta:

- a) Apresentação dos participantes;
- b) Apresentação das ideias da equipe do governo de transição que levaram à criação da Câmara Técnica de Justiça Climática (CTJC) – Suely Araújo; e
- c) Mapeamento de pontos relevantes para a construção do plano de trabalho comum.

2. Ordem do Dia

a) Apresentação dos participantes

- **Erica Marcos** – Gerente Executiva Ambiental da CNT. Está na pauta ambiental há 15 anos.
- **Rogério Menezes** – Secretário do Verde, Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável de Campinas há 11 anos. Presidente Estadual da Anamma/SP. Está elaborando Plano de Ação Climática de Campinas, com investimentos em ações de adaptação.
- **Rubens Born** – Participa do FBOMS – Fórum Brasileiro de Organizações e Movimentos Sociais para o Meio Ambiente e Desenvolvimento. Participou da criação do GT Clima em 1992, que buscou colaborar com a criação de uma política de clima no Brasil. Tem a expectativa que a CTJC, dentro das atribuições do Conama, ajude a padronizar e a avançar na regulamentação, seja na parte de adaptação, mitigação e inventários.
- **Emily Conceição** – Está no Departamento de Doenças Transmissíveis da Secretaria de Vigilância e Ambiente do Ministério da Saúde. Trajetória começou no Inema/BA, tem experiência em Meio Ambiente há 10 anos. Tem experiência em monitoramento ambiental, racismo ambiental e iniquidades em saúde, ambiente e trabalho. É assessora especial no GT saúde amazônica.
- **Marcia Muchagata** – Trabalha na Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional no MDS. Trabalhou no Serviço Florestal e no ICMBio.
- **Jussara Carvalho** – Representa a Abema. É da Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de SP. Tem trajetória na área de Mudanças Climáticas, na Anamma, no Iclei. Está na assessoria de Mudanças Climáticas nesta Secretaria. Na Abema existe uma CT de Mudanças Climáticas há 6 anos e trabalham para que os Estados tenham uma agenda climática (road map).
- **Fabricia Arruda** – Secretaria Executiva Adjunta da SEMA Amazonas.
- **Juliana Reis** – Engenheira, especialista em meio ambiente e mudanças climáticas, da SEMA Espírito Santo.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Magda Marinho** – Bióloga, Gestora Ambiental, da SEMA Ceará.
 - **Welison Silveira** – Secretário de Meio Ambiente de João Pessoa – representando a Anamma e o Fórum dos Secretários de Meio Ambiente das Capitais.
 - **João Paulo Amaral** – Gerente do Meio Ambiente e do Clima do Instituto Alana. Representa a Coalizão Clica (Clima Crianças e Adolescentes).
 - **Heloisa Dias** – É do Instituto Amigos da Reserva da Biosfera. Trabalha nos 17 Estados da Mata Atlântica e de forma articulada com a Rede Brasileira de Reservas da Biosfera e Geoparques, coordena o grupo técnico de apoio à plataforma Unesco de Mudanças do Clima.
 - **Raul Zoche** – Trabalha com a Sandra Bonetti. Está na assessoria de meio ambiente da Contag – estão na jornada de incluir a agricultura familiar na discussão de clima.
 - **Murilo Araújo** – membro do FNBF – Fórum Nacional de Atividades de Base Florestal. É do Estado do Pará, advogado especialista em Meio Ambiente.
 - **Priscila Oliveira** – Advogada da União, integra a equipe da Procuradoria Nacional de Defesa do Clima e do Meio Ambiente, do gabinete do Advogado Geral da União.
- b) Suely Araújo – apresentação das ideias da equipe do governo de transição que levaram à criação da Câmara Técnica de Justiça Climática (CTJC)**

A discussão sobre a retomada do Conama trouxe de imediato a discussão no grupo de transição do governo sobre a inclusão do tema Clima. Surgiu no grupo uma queixa, que é histórica, de o Conama não trabalhar o tema. A decisão foi que entraria no Decreto que faria a retomada do Conama.

A preocupação foi de não separar Meio Ambiente e Clima, como se fossem tratados por grupos diferentes. Houve o debate sobre a necessidade de não se criar conflitos, havendo a coordenação do que o Conama deve fazer e o que os outros órgãos colegiados que fazem parte da estrutura da governança do clima teriam como tarefa.

Existe um espaço importante para o Conama, principalmente considerando a capacidade de ditar regulamentos reconhecidos pelo Judiciário como se lei fossem. A ideia não é competir com a legislação em senso estrito, mas o Conama tem um campo de edição de regulamentos que pode e deve ser usado para ajudar a implementação da Política Nacional sobre Mudança do Clima.

É importante entender que nenhum dos órgãos da governança climática tem exatamente o poder normativo do Conama. O Comitê Interministerial e outros da governança climática podem achar interessante que temas específicos sejam remetidos ao Conama para ganhar



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

força em termos de regulamento. Temos que tomar cuidado para não fechar os temas, o trabalho será dinâmico. O Conama vai ser um colegiado que vai estar sempre complementando e ajudando os outros colegiados da governança do clima.

- **Rubens Born (Fundação Esquel)** – sugeriu visitar relatório elaborado pelo Senador Fabiano Contrato, em 2009, que fez uma série de sugestões para a recomposição e reestruturação da área do poder executivo dedicada à mudança do clima.

c) **Mapeamento de pontos relevantes para a construção do plano de trabalho comum**

Ana Toni apresentou a missão, visão, objetivos estratégicos e resultados do planejamento da Secretaria Nacional de Mudança do Clima e informou que assim que o documento estivesse finalizado compartilharia com todos os presentes.

Definição do período de abrangência do planejamento da CTJC – sugestão de trabalhar com um horizonte de dois anos. Lembrou-se que os produtos da CT serão resoluções, que possuem um trâmite dentro do Conselho, passando pelo CIPAM e depois sendo debatidas pela CT e apresentadas ao Plenário.

A Secretária Ana Toni propôs cinco sugestões para começar a pensar no plano de trabalho:

1. **Definição do que é Emergência Climática** – é muito difícil para os municípios, a partir de eventos extremos, definir se estão em emergência climática. Quais regramentos deveriam ter, a partir do momento em que se declaram em emergência climática? Esta é uma pauta crescente, mas não temos definição legal.
2. **Planos diretores** – demanda para os municípios terem planos de adaptação.
3. **Impactos climáticos nas concessões de licenciamento** – fortalecer o Ibama para pedir mais informações sobre o impacto climático nas concessões de licenciamento.
4. **Benefícios fiscais** – avaliar o disposto no Decreto do Conama “determinar, mediante representação do Ibama, a perda ou restrição de benefícios fiscais concedidos pelo Poder Público, em caráter geral ou condicional, e a perda ou suspensão de participação em linhas de financiamento em estabelecimentos oficiais de crédito”. De forma que, quando o governo federal for dar subsídios, considere os aspectos climáticos.
5. **Classificação de gases de efeito estufa como equivalentes aos gases poluidores.** Hoje em dia eles não são classificados como gases poluidores. Alguns deles são importantes, mas em excesso causam problemas.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

Contribuições dos conselheiros para a agenda da CTJC:

- **Welison Silveira (Anamma)** – sobre os planos diretores com diretriz de ação climática. Em Natal há um capítulo dedicado às mudanças climáticas. João Pessoa também está com o plano diretor em discussão e possui uma lei específica sobre plano de ação climática. Muitos municípios têm plano de ação climática por lei – o problema é não ter um subsídio, os planos municipais podem dispor de gastos e os municípios podem não ter condições orçamentárias de implementar. O Conama pode determinar que sejam criados os planos e não possuir contrapartida. Estamos discutindo a TSFA, temos dificuldade de receber contrapartida do Ibama. As outras ações estão bem definidas.
- **Erica Marcos (CNT)** – até que ponto o tema do Licenciamento não está na Câmara Técnica de Controle Ambiental. Os gases poluentes temos convenções internacionais – do IPCC. Ele fala sobre os gases de efeito estufa. A questão de subsídios, considerando indicadores quantitativos e qualitativos acho que é uma agenda positiva.
- **Heloísa Dias (IA -RBMA)** – penso se no item de licenciamento não devemos fazer um item geral sobre o desmatamento, talvez sendo um dos maiores fatores de agravamento da crise climática. Pensando na perspectiva do desmatamento zero, temos a questão da autorização dos estados para o desmatamento legal.
- **Magda Marinho (Abema)** – acho os temas muito pertinentes. Em relação ao pacto climático e licenciamento – estou na CT Clima da Abema, vejo que cada Estado faz de uma forma. Tem Estados que cobram o inventário no ato do Licenciamento, outros que conferem desconto com a apresentação do inventário, mas não é obrigatória a apresentação, outros que não cobram. Seria interessante o Conama criar uma norma geral que obriga a cobrar o inventário. Com relação a considerar os indicadores climáticos nos investimentos: no Ceará nós temos muitos investimentos no âmbito da transição energética (hidrogênio verde), acho interessante colocar, além do aspecto climático, o de justiça social – impactos nas comunidades, para que o dinheiro não tenha só o olhar para a emissão, mas também para questões sociais. Gases de efeito estufa como gases poluidores: hoje nas autuações não se considera GEE como gases poluentes, isso não colabora para o monitoramento.
- **Rogério Menezes (Anamma)** – gostaria de elogiar a pauta trazida. A gente precisa ver de que forma o Conama pode contribuir para avançar no mapeamento dos brasileiros que estão em áreas de risco, áreas vulneráveis, áreas que já estão sujeitas ao risco climático. O tempo de emergência não aguenta esperar os tempos de governo e dos processos macro, a população já entende na ponta o que está acontecendo. Quais são as ações de adaptação que precisam ser feitas no curto e no médio prazo? Os municípios têm cada vez mais atribuições, mas o Sisnama não foi implantado, porque os municípios não têm financiamento. A gente precisa por um lado impulsionar a agenda do risco, da adaptação e por outro ajudar a fortalecer o Sisnama na base.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Jussara Carvalho (Abema)** – gostaria de concordar com a priorização. A falta da regulamentação tem atravancado as agendas subnacionais, a gente não tem uma regulamentação para se apoiar. Importante o reconhecimento dos governos subnacionais. O fortalecimento do Sisnama e da governança, como a gente vai trabalhar junto. A questão do licenciamento ambiental e dos gases de efeito estufa – a gente não tem como avançar nesta questão. Em relação aos planos diretores municipais, apoiar este elo interníveis de governo é muito importante. Os Estados também têm que ter seus planos de adaptação e apoiar os municípios. E mais, não adianta ter plano, tem que ter incentivo. No plano diretor não colocaria na relação direta com município, colocaria multinível.
- **Rubens Born (Fundação Esquel)** – gostaria de falar que gosto das 5 prioridades, mas queria discutir método e mérito. Talvez a gente precise ajustar o título e detalhar o escopo de cada um. Queremos só definir o que é Emergência Climática ou apontar para possíveis estratégias de enfrentamento de mudanças climáticas, que incluam critérios técnicos para alocação de recursos públicos. Repensar o título e elaborar uma ementa, com o escopo do nosso trabalho. Planos diretores municipais – talvez a estratégia seja a inserção de mudança do clima em instrumentos já institucionalizados de gestão nas várias esferas. Podemos começar pelos planos diretores, mas há outros instrumentos de gestão que talvez sejam relevantes. Licenciamento: a resolução 001/86 traz uma lista exemplificativa, podemos fazer uma recomendação da CT ao Plenário para que daqui pra frente os empreendimentos que tenham que atender a estudos de impacto ambiental façam inventários de emissão e fonte de captação.
- **Emily Conceição (Ministério da Saúde)** – gostaria de trazer contribuições com relação às comunidades vulnerabilizadas historicamente. Temos uma publicação do IBGE sobre Mudanças Climáticas e áreas de risco. As populações vulneráveis a desastres naturais no país estão concentradas na Região Norte, no Estado do Maranhão. É importante a gente ter o olhar sobre a saúde destas comunidades. Normativas que trazem elementos claros sobre as vulnerabilidades dessas populações.
- **Claudia Lins (CNM)** – vai encaminhar estudo da CNM sobre gestão ambiental. Município tem atuação voltada para Mudanças Climáticas? Tem legislação, tem plano de ação, de mitigação ou adaptação? 50% não possuem nenhum tipo de ação e 319 municípios responderam que possuem algum tipo de ação. As maiores dificuldades estão nos pequenos municípios.
- **João Paulo Amaral (Instituto Alana)** – o único ponto que gostaria de mencionar é promover o debate sobre justiça climática, sobre a relação entre clima e populações vulnerabilizadas. Sobre os temas, ter uma centralidade no olhar sobre as populações vulnerabilizadas. Temos que qualificar as políticas por meio de recomendações e critérios de participação nas diferentes instâncias. Aprofundar em estudos e diálogos sobre a ciência e mudanças climáticas.



Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima
Secretaria Executiva

Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente e ao Sistema Nacional do Meio Ambiente - DSisnama

- **Rogério Menezes (Anamma)** – os municípios médios e grandes terão em breve os planos de ação climática local. O Conama pode contribuir para ver como isso se reflete no PPA – se os planos forem feitos e não se refletirem nos PPAs dos municípios não avançam.

3. Encerramento da reunião

- A Secretária Ana Toni concluiu listando os encaminhamentos, organizados no quadro abaixo.
- Sobre o tema do Plano Diretor, pontuou que talvez não seja prioridade agora, visto que os municípios já têm muitas obrigações. Talvez deixar o tema para uma próxima temporada.
- Foi sugerido que a CTJC tenha reuniões mensais nos primeiros 06 meses, até que se tenha um plano de trabalho.
- A próxima reunião discutirá o Plano de Trabalho da CT para os próximos 2 anos.

QUADRO DE ENCAMINHAMENTOS DA REUNIÃO

Tema	Quem	O que
Vulnerabilidade	Todos	Verificar o que existe na legislação sobre o conceito de vulnerabilidade (aspectos raciais, de saúde, como mapear e como é tratada a questão climática).
Novas sugestões de temas prioritários	Todos	Enviar sugestões para conama@mma.gov.br com um parágrafo que defina o escopo.
GEE como poluidor	MMA/SNMC e Erica	Ver se já existem outras normas técnicas, se o IPCC já fez isso.
Subsídios e investimentos	MMA/SNMC	Considerar a contribuição do Rogério sobre os PPAs e pensar na profundidade disso.
Definição dos temas prioritários	MMA /SNMC	Redigir proposta de parágrafo sobre o escopo dos temas prioritários.
Licenciamento	DSisnama	Ver como o tema se relaciona com outra CT – nosso papel pode ser uma recomendação à CTCA
Desmatamento Legal	DSisnama	Ver como o tema se relaciona com outra CT